

ENRICO MALATESTA

A Anarquia

LISBOA

1898

ENRICO MALATESTA

—
A ANARQUIA





«Anarquia» é uma palavra d'origem grega, que significa propriamente: «sem governo» — estado d'um povo que se rege sem autoridade constituída, sem governantes.

Antes de tal concepção entrar de ser considerada como possível e aceitavel por toda uma categoria de pensadores, e de ser tida por escopo d'um partido, que é hoje um dos factores mais importantes da moderna luta social, a palavra — anarquia era por todos tomada no sentido de desordem, de confusão; e ainda hoje nesse sentido é empregada pelo povo ignaro e pelos adversarios interessados em desfigurar a verdade.

Deixemos nós exames filologicos. A questão não é filologica, é historica. O sentido vulgar da palavra nada tem que ver com o seu sentido verdadeiro e etimologico. Elle é devido ao preconceito de que o governo é orgão necessario da vida social, e de que, por consequencia, uma sociedade sem governo deve de ser

presa da desordem e oscilar entre a prepotencia desenfreada d'uns e a cega vindicta d'outros.

A existencia d'este preconceito e a sua influencia no sentido que o publico tem dado á palavra — anarquia, facilmente se explica.

O homem, como todos os seres vivos, adapta-se e habitua-se ás condições em que vive, e transmite, pela hereditariedade, os habitos adquiridos. Assim foi que o homem, nado e criado na servidão e herdeiro d'uma longa progenie d'escravos, quando começou a pensar, imaginou que fosse condição essencial da vida a escravidão, e pareceu-lhe impossivel a liberdade. Por maneira semelhante o operario, victima d'uma violencia de seculos e acostumado ainda a esperar o trabalho, isto é, o pão, da bôa vontade do patrão, e a ver a sua vida continuamente á mercê dos possuidores da terra e do capital, acabou por-se capacitar de que o patrão é quem lhe dá de comer, e pergunta ingenuamente como se poderia viver senão houvesse senhores.

Equivale isto ao individuo que, tendo nascido com as pernas ligadas e achado depois um meio qualquer de andar, attribua a faculdade de se mover precisamente ás ligaduras, que não fariam mais que diminuir-lhe e paralisar-lhe a força muscular das pernas.

Se, pois, aos efeitos naturais do habito se ajuntar a educação do burguês, do padre, do professor, etc., interessados em faser ver que os senhores e o governo são necessarios, e alem d'isso se ajuntar a pressão dos juizes e da policia, esforçados em redusir ao silencio aquelle

que pensa de modo diferente e trata de propagar as suas ideias, compreender-se-á como nos cerebros pouco cultivados das massas laboriosas se arreigou o preconceito da utilidade e necessidade do patrão e do governo.

Suponhamos, no caso figurado do individuo com as pernas ligadas, que um medico lhe expunha toda uma teoria e mil exemplos habilmente preparados para o persuadir de que com as pernas soltas não poderia andar nem viver: elle defenderia ardentemente as ligaduras e consideraria inimigo todo aquelle que quizesse cortar-lh'as.

Eis como, pois que se chegou a crer que o governo é necessario e que sem governo não pode haver senão desordem e confusão, é natural e logico que a anarquia, que significa ausencia de governo, seja tambem havida por ausencia de ordem.

O facto tem, por outra parte, explicação historica. Na epoca e nos países em que o povo tinha por necessario o governo d'um só — monarchia, a palavra — republica, que é o governo de muitos, usou-se sempre na accepção de desordem e confusão, a ponto de esta accepção se conservar ainda hoje viva na linguagem popular de quasi todas as nações.

Modificai as opiniões, convencei o povo de que o governo não só não é necessario, senão que é tambem extremamente nocivo, e então a palavra — anarquia, do mesmo modo que significa ausencia de governo, quererá diser para toda a gente: ordem natural; harmonia dos interesses e necessidades de todos; li-

berdade completa na completa solidariedade.

São, portanto, injustos aquelles que dizem que os anarquistas escolheram muito mal o seu nome, já que elle é erradamente entendido pelas massas e se presta a uma falsa interpretação. O erro não depende da palavra, mas da propria coisa em si, e as difficuldades que encontram os anarquistas na propaganda não dependem do nome que se dão, mas do facto de os seus conceitos embaterem em todos os inveterados preconceitos do povo sobre as funções governamentais, ou, como costuma dizer-se, sobre o Estado.

Antes de proseguir, bom será que nos expliquemos ácerca d'esta ultima palavra, que, em nossa opinião, é a verdadeira causa de muitas confusões.

Os anarquistas, e nós entre elles, têm empregado e empregam ordinariamente a palavra — Estado, querendo significar o conjunto de todas as instituições politicas, legislativas, judiciais, militares, financeiras, etc., por meio das quais se subtraem ao povo a gerencia dos seus proprios negocios, a direcção da sua propria conduta e o cuidado da sua propria segurança, e se confiam a alguns, que, por usurpação ou por delegação, estão investidos do direito de legislar sobre tudo e para todos, e de obrigar o povo a respeitá-los, servindo-se do apoio que lhes presta a força geral.

Neste caso a palavra — Estado quer dizer governo, ou melhor, é a expressão impessoal, abstracta, do estado de coisas, de que é perso-

nificação o governo; e assim as expressões — *abolição do Estado, sociedade sem Estado, etc.*, correspondem perfeitamente ao conceito, que os anarquistas querem exprimir, de destruição de toda a ordem politica fundada na autoridade, e de constituição d'uma sociedade de livres e iguais, fundada na harmonia dos interesses e no concurso voluntario de todos para o cumprimento dos encargos sociais.

A' palavra — Estado, porém, dão-se muitas outras significações, e, entre estas, algumas que se prestam ao equivoco, mórmente quando se trata com homens cuja desgraçada posição social não lhes permitiu habituar-se aos delicados cambiantes da linguagem scientifica, ou quando se trata com adversarios de má fé, que téem interesse em confundir tudo e nada querem intender.

Assim a palavra — Estado usa-se amiude para indicar uma dada sociedade, uma dada colectividade humana, reunida num dado territorio e constituindo o que costuma chamar-se um corpo moral, independentemente do modo de agrupação e intelligencia de seus membros.

Tambem se usa simplesmente como sinonimo de Sociedade. Por causa d'esta significação, crêem os nossos adversarios, ou antes, fingem crer, que nós, os anarquistas, queremos abolir toda a conexão social, todo o trabalho colectivo, e redusir o homem ao isolamento, isto é, a uma condição peor que a dos selvagens.

Intende-se mais por Estado a administração suprema d'um país, o poder central, distinto

do poder districtal ou municipal; e por isso ha quem julgue que os anarquistas querem uma simples descentralisação territorial, deixando de pé o principio de governo; e assim se confunde a anarquia com o municipalismo ou comunalismo e com o cantonalismo.

Estado significa, emfim, condição, modo de ser, regime de vida social, etc.; e por isso nós disemos, por exemplo, que «é necessario mudar o estado economico da classe operaria» ou que «o estado anarquico é o unico estado social fundado sob o principio da solidariedade» e outras frases semelhantes, que em nossos labios, visto como por outro lado afirmamos que queremos a abolição do Estado, podem, á primeira vista, parecer paradoxais ou contraditorias.

Por estas rasões julgamos conveniente empregar o menos possivel a expressão — *abolição do Estado*, substituindo-a por est'outra mais concreta — *abolição do governo*.¹

E isto faremos no decurso d'este opusculo.

¹ Não vejo semelhante conveniencia, indo de mais a mais cair-se na dúvida ou confusão oposta. Se uma das expressões pode significar ideias várias, a outra pode intender-se em sentido restricto. E parece-me maior este mal.—B-A.

II

Dissemos que Anarquia é a sociedade sem governo.

Mas é possível, é de apetecer, convem a supressão do governo?

Vejamos.

Que é o governo?

A tendencia metafisica, (enfermidade cerebral pela qual o homem, depois de haver, por processo logico, separado d'um ser as suas qualidades, sofre uma especie d'alucinação que lhe fás tomar a abstracção pela realidade) apesar dos golpes da sciencia positiva, existe ainda no cerebro da maior parte dos nossos contemporaneos, e é que determina em muitos a concepção do governo como um ente moral com certos attributos de razão, justiça e equidade, independentes das pessoas encarregadas das funções governamentais.

Para esses o governo, ou mais abstractamente o Estado, é o poder social abstracto; é o representante, abstracto tambem, dos inte-

resses gerais ; é a expressão do direito de todos considerado como limite do direito de cada um. E este modo de compreender o governo é apoiado pelos interessados, a quem importa mais que tudo ver salvo o principio d'autoridade, e sobrevive ás culpas e aos erros de todos os partidos que se sucedem no poder.

Para nós o governo é a colectividade de governantes ; e governantes (rei, presidente, ministros, deputados, etc.) são aquelles que têm a faculdade de faser leis para regular as relações dos homens entre si, e faser-as praticar ; de decretar, repartir e cobrar impostos ; de obrigar ao serviço militar ; de julgar e punir os contraventores das leis ; de submeter a regras, inspecionar, registar e sancionar os contratos particulares ; de monopolisar certos ramos da produção e certos serviços publicos ou antes, toda a produção e todos os serviços publicos ; de facilitar e promover ou de impedir a permutação de productos ; de faser a guerra ou a pás com os governantes d'outros países ; de conceder ou recusar privilegios, etc. Governantes, em resumo, são todos os que, em maior ou menor grau, têm a faculdade de servir-se da força social, isto é, da força fisica, intelectual e economica de todos, para obrigar-os a faserem tudo quanto elles governantes queiram. E esta faculdade constitue, em nossa opinião, o principio governamental, o principio d'autoridade.

Mas qual é a razão de ser do governo ?

Porque abdicar nuns tantos individuos a propria liberdade e a propria iniciativa ? Porque

dar-lhes a faculdade de se apoderarem, com ou contra a vontade de cada um, da força de todos, e dispõem d'ella a seu bel-prazer?

São elles tão excepcionalmente dotados que possam, com alguns visos de rasão, substituir as massas e prover todos os interesses dos homens melhor que estes mesmos?

São elles infalveis e incorruptiveis a ponto de, com um pouco de prudencia, se poder confiar á sua sciencia e á sua bondade a sorte de cada um e de todos?

E ainda quando existissem homens de bondade e saber infinitos, e ainda quando, por uma hipotese que jámais se tem verificado na historia e que nós julgamos de impossivel verificação, o poder governativo fosse confiado aos mais capases e melhores entre os bons, ajuntaria a posse do governo alguma coisa ao seu valor benefico, ou melhor, paralisar-se-ia e destruir-se-ia esse valor pela necessidade em que se encontram todos os homens do governo, de occupar-se d'uma multidão de coisas que não intendem e sobretudo de empregar o melhor da sua energia em manter-se no poder, contentar os amigos, entreter os descontentes e domar os rebeldes?

E, ainda mais, bons ou maus, sabios ou ignorantes, quem são os governantes, que é que os designa para tão elevadas funções?

Impõem-se elles mesmos por direito de guerra, de conquista ou de revolução? Mas quem garante ao publico que elles se inspirarão na utilidade geral? E então se tudo é questão d'usurpação, aos vencidos, aos descontentes só

resta recorrer á força para mudarem o jogo.

São elles os eleitos d'uma certa classe ou partido? Então certamente triunfarão os interesses e ideias d'essa classe ou d'esse partido, e a vontade e os interesses dos demais serão sacrificados.

São eleitos pelo sufragio universal? Nesse caso o unico criterio é o número, e este não é prova de rasão, nem de justiça, nem de capacidade. Os eleitos serão sempre os que melhor saibam lisonjear e corromper as massas, e a minoria, que pode ser metade menos um, ficará sacrificada. E isto sem contar que a experiencia já demonstrou a impossibilidade de se encontrar um mecanismo eleitoral, pelo qual os eleitos sejam ao menos representantes reais da maioria.

Muitas e variadas são as teorias com que se tem intentado explicar e justificar a existencia do governo. Mas todas se fundam no preconceito, confessado ou não, de que os homens têm interesses opostos, e portanto se necessita uma força externa, superior, para obrigar uns a respeitar os interesses dos outros, prescrevendo e impondo as regras de conduta, em que cada um encontre o maximo de satisfação com o minimo de sacrificios possivel.

Se — disem os teóricos do autoritarismo — os interesses, as tendencias e os desejos d'um individuo estão em opposição com os d'outro individuo ou com os de toda a sociedade, quem terá o direito e a força de obrigar um a respeitar os interesses d'outro? quem poderá im

pedir um cidadão em particular de violar a vontade geral? A liberdade de cada um, dizem elles, tem por limite a liberdade dos demais; mas quem estabelecerá esse limite e quem o fará respeitar? Os antagonismos naturais dos interesses e das paixões criam a necessidade do governo e justificam a autoridade, que intervem como moderadora na luta social e assinala os limites dos direitos e deveres de cada um.

Esta é a teoria. Mas, para serem justas, as teorias devem basear-se em factos e explical-os. Ora, bem se sabe como em economia politica frequentemente se inventam as teorias para justificar os factos, isto é, para defender o privilegio e faser-o aceitar tranquilamente por aquelles que não são as victimas.

Atentemos, então, antes nos factos.

Em todo o curso da historia, assim como na epoca actual, o governo ou é a dominação brutal, violenta, arbitraria de poucos sobre muitos, ou é um instrumento preparado para assegurar o dominio e privilegio d'aquelles que, por força, por astucia ou por herança, téem monopolisado todos os meios de vida, o solo principalmente, servindo-se d'elles para manterem o povo na servidão e faserem-n-o trabalhar por sua conta.

De dois modos se oprimem os homens: ou directamente com a força brutal, com a violencia fisica; ou indirectamente subtraindo-lhes os meios de subsistencia e forçando-os assim a entregar-se á discreção. O primeiro é origem do poder ou privilegio politico; o segundo é ori-

gem do poder ou privilegio economico. Podem ainda oprimir-se os homens influindo na sua intelligencia e nos seus sentimentos, o que constitue o poder religioso ou universitario; mas assim como o espirito não existe senão emquanto é resultante das forças materiais, assim a mentira e as corporações constituídas para propagal-a, não têm razão de ser senão emquanto são a consequencia dos privilegios politicos e economicos, e um meio para os defender e consolidar.

Nas sociedades primitivas, pouco numerosas e de relações sociais pouco complicadas, quando uma circumstancia qualquer impedia o estabelecimento de habitos, costumes de solidariedade, ou destruía os que existiam, dando lugar á dominação do homem pelo homem, — os dois poderes politico e economico encontravam-se reunidos nas mesmas mãos ou num só homem. Os que pela força haviam vencido e intimidado os outros, dispunham das pessoas e coisas dos vencidos, e os constrangiam a servir-os, a trabalhar para si e a faser em tudo a sua vontade; esses eram ao mesmo tempo proprietarios, legisladores, reis, juises e carrascos.

Com o engrandecimento, porém, da sociedade, com o augmento das necessidades, com a complicação das relações sociais, tornou-se impossivel a existencia prolongada d'um tal despotismo. Os dominantes, ou por segurança ou por comodidade ou por impossibilidade de procederem diferentemente, vêem-se na necessidade de, por uma parte, apoiar-se numa classe

privilegiada, isto é, num certo número d'individuos cointeressados no seu dominio, e, por outra parte, deixar que cada um proveja como puder a propria existencia; reservando-se o dominio supremo, que é o direito de explorar todos o mais possivel, e o modo de satisfazer a vaidade do mando. Assim, á sombra do poder, com a sua protecção e cumplicidade, e mesmo pela sua ignorancia e por causas que escapam á sua observação, se desinvolve a riqueza privada, isto é, a classe dos proprietarios. E estes, concentrando pouco a pouco em suas mãos os meios de produção, as verdadeiras fontes da vida, agricultura, industria, etc., vêem a constituir um poder seu, proprio, o qual, pela superioridade dos seus meios e pela grande massa de interesses que comprehende, acaba sempre por submeter, mais ou menos abertamente, o poder politico ou seja o governo, e por faser d'elle e seu guarda e defensor.

Este fenomeno tem-se repetido muitas vezes na historia. Sempre que, com a invasão ou com qualquer empresa militar, a violencia fisica, brutal tomou logar superior numa sociedade, os vencedores mostraram tendencia para concentrar nas proprias mãos governo e propriedade. Mas sempre, tambem, a necessidade sentida pelo governo de alcançar a cumplicidade d'uma classe poderosa, as exigencias da produção, a impossibilidade de tudo vigiar e tudo dirigir, restabeleceram a propriedade privada, a divisão dos dois poderes, e com esta a dependencia efectiva entre os que dispõem da força, os governos, e os que dispõem das ori-

gens mesmas da força, os proprietarios. O governante acaba sempre, fatalmente, por ser o policia do proprietario.

Mas este fenomeno jámais se ha acentuado tanto como nos tempos modernos. O desinvolvimento da produção, a estensão imensa do commercio, o poder desmedido que o dinheiro adquiriu, e todos os factos economicos provocados pela descoberta da America, pela invenção das máquinas, etc., asseguram tal supremacia á classe capitalista, que não contente já de dispôr do apoio do governo, quis que este saísse do seu proprio seio. Um governo que tinha a sua origem no direito de conquista (direito divino disiam os reis e seus sequases), comquanto submetido pelas circumstancias á classe capitalista, conservava sempre uma attitude altiva e de desprezo para com os seus antigos escravos depois enriquecidos, e tinha veleidades de independenciã e dominação. Um tal governo era sem dũvida o defensor, o policia dos proprietarios, mas era d'estes policias que se julgam alguma coisa e se fazem arrogantes com as pessoas que devem escoltar e defender, quando não as roubam e maltratam; por isso a classe capitalista tratou, ou trata, de desembaraçar-se d'elle, por meios mais ou menos violentos, substituindo-o por um governo saído d'ella mesma, composto de membros d'ella, continuamente sob as suas vistas e especialmente destinado a defendel-a contra as possiveis reivindicações dos desherdados.

D'aqui a origem do sistema parlamentar moderno.

Hoje o governo, composto de proprietarios e de gente sua, está em tudo á mercê dos mesmos proprietarios, tanto que os mais ricos frequentemente desdenham faser parte d'elle. Rothschild não tem necessidade de ser deputado, nem de ser ministro: basta-lhe ter na sua dependencia deputados e ministros.

Em muitos países o proletariado tem nominalmente uma participação mais ou menos larga na escolha do governo. E' uma concessão feita pela burguesia, já para se valer do concurso popular na luta contra o poder real e a aristocracia, já para desviar o povo de pensamentos de emancipação, dando-lhe uma apparencia de soberania. Mas, previsse-o ou não a burguesia quando pela primeira vês concedeu ao povo o direito de voto, o certo é que este direito se tem mostrado inteiramente irrisorio, e bom sómente para consolidar o poder d'ella, por dar á parte mais energica do proletariado a esperança illusoria de chegar ao poder.

Tambem com o sufragio universal, e, podemos diser, especialmente com o sufragio universal, o governo tem permanecido servo e guarda da burguesia. Se outra coisa ocorresse, se o governo dêsse mostras de se lhe tornar hostil, se a «democracia» podesse nalgum tempo ser mais que fogo fatuo para iludir o povo, a burguesia ameaçada nos seus interesses, dar-se-ia pressa em rebelar-se, e empregaria toda a força e influencia que lhe vem da posse da riqueza, para redusir o governo ás funções de seu simples guarda.

Em todos os tempos e em todos os lugares,

qualquer que seja o nome que o governo tome, qualquer que seja a sua origem e a sua organização, é sempre sua função essencial opprimir e explorar as massas e defender os oppressores e exploradores ; e os seus órgãos principais, característicos, indispensaveis são o esbirro e o exactor fiscal, o soldado e o carcereiro,—aos quais se une o negociante de mentiras, padre ou professor, estipendiado e protegido pelo governo para tornar servís os espiritos, fazendo-os docéis ao jugo.

Certamente a estas funções primarias, a estes órgãos essenciaes do governo, outras funções e outros órgãos se téem agregado no longo decurso da historia. Admitamos, todavia, que tenha existido um país tanto ou quanto civilisado, um governo que além de funções oppressivas e espoliadoras, se attribuisse outras uteis ou indispensaveis á vida social. Isso não destroe o facto de que o governo é de sua natureza oppressivo e espoliador, e pela sua origem e posição é fatalmente levado a defender e fortalecer a classe dominante; pelo contrario confirma-o e agrava-o.

O governo com efeito encarrega-se de proteger mais ou menos a vida dos cidadãos contra os ataques directos e brutais ; reconhece e legalisa um certo número de direitos e deveres primordiais, e de usos e costumes sem os quais é impossivel viver em sociedade ; organisa e dirige certos serviços publicos, como correios, estradas, higiene pública, beneficencia, protecção florestal, etc ; abre hospícios e hospitais; e comprás-se muitas vezes em apa-

rentar de protector e bemfeitor dos pobres e fracos. Mas basta observar como e porque elle exerce estas funções para se ter a prova experimental, prática de que tudo isso que o governo fás se inspira sempre no espirito de dominação e se dirige a defender, alargar e perpetuar os proprios privilegios, e os da classe de que elle é representante e defensor.

Um governo não pode sustentar-se por muito tempo sem ocultar a sua natureza sob um pretexto de utilidade geral; não pode faser respeitar a vida dos privilegiados, sem dar-se ares de querer respeitar a de todos; não pode faser aceitar os privilegios d'alguns, sem fingir-se guarda do direito de todos. «A lei — dis Kropotkine, e intende-se aquelles que téem feito a lei, isto é, o governo — utilisou os sentimentos sociais do homem, para faser passar juntas aos preceitos de moral que o homem aceitava, as ordens uteis á minoria dos exploradores, contra as quais elle se teria rebelado.»

Um governo não pode querer que a sociedade se desorganise, pois que então teria para si e para a classe dominante menor material d'exploração; não pode deixar que ella se reja por si mesma, sem intervenção official, pois que então o povo notaria logo que o governo só serve para defender os proprietarios que o tornam faminto, e assim se apressaria a desembaraçar-se d'uns e outros.

Hoje, em face das reclamações insistentes e ameaçadoras do proletariado, os governos tendem a intrometer-se nas relações entre patrões

e operarios, tentam desnortear o movimento operario e impedir com reformas illusorias que os pobres tomem por si mesmos tudo aquillo que lhes pertence, isto é, uma parte de bem-estar igual áquella de que gosam os outros.

E' preciso tambem ter em conta, por uma parte, que os burgueses, isto é, os proprietarios, estando continuamente em guerra uns com os outros, se desbaratam; e, por outra parte, que o governo, embora saído da burguesia e servo e protector d'ella, tende, como todos os servos e protectores, a emancipar-se e a dominar o protegido. D'ahi uma especie de jogo d'empurra, um dar e tomar, um procurar aliados entre o povo contra os conservadores e entre os conservadores contra o povo, que é no que consiste toda a sciencia dos governantes e o que ilude os ingenuos e os indolentes, os quais estão sempre á espera de lhes vir do alto a salvação.

Com tudo isto a natureza do governo não sofre alteração. Se se fás regulador e garante dos direitos e deveres de cada um, perverte o sentimento de justiça: qualifica de delicto e pune todo o acto que ofende ou ameaça os privilegios dos governantes e dos proprietarios, e declara justa, legal, a mais atrás exploração dos miseraveis, o lento e contínuo assassinio moral e material, perpetrado pelos que possuem nos que não possuem. Se se fás administrador dos serviços publicos, tem ainda e sempre em mira os interesses dos governantes e dos proprietarios, e não se ocupa dos interesses da massa trabalhadora, se não tanto quanto é ne-

cessario para que ella consinta em pagar. Se se fás preceptor, acorrenta a propaganda da verdade, e tende a preparar a mente e o coração dos moços, para que se tornem ou implacaveis tiranos ou docéis escravos, segundo a classe a que pertençam. Nas mãos do governo tudo se converte em instituições policiaes, uteis tão sómente para ter o povo refreado.

E devia ser assim. Se a vida dos homens consiste na luta entre elles mesmos, ha naturalmente vencedores e vencidos, e o governo, que é o premio da luta ou um meio para os vencedores assegurarem os resultados da victoria e perpetua-la, jámais andará nas mãos dos vencidos, quer a luta se verifique no terreno da força fisica ou intelectual, quer no terreno economico. E os que entraram na luta para vencer, para obterem condições superiores ás dos outros, para conquistarem privilegios e dominio juntamente com o poder, alcançada a victoria, de certo não se servirão d'esta para defender os direitos dos vencidos e fixar limites ao proprio arbitrio e ao dos seus amigos e partidarios.

O governo, ou como se costuma diser, o Estado justiceiro, moderador da luta social, administrador imparcial dos interesses do público, é uma mentira, uma illusão, uma utopia, jámais realisada e jámais realisavel.

Se em verdade os interesses dos homens devessem ser contrarios uns aos outros, se em verdade a luta entre os homens fosse lei necessaria da sociedade humana e a liberdade de cada um devesse ter seu limite na liberdade

dos demais, então cada qual procuraria sempre faser triunfar dos interesses dos outros os interesses próprios, cada qual tentaria alargar a propria liberdade á custa da liberdade alheia, e assim haveria um governo, não porque elle fosse mais ou menos util á totalidade dos membros sociais, mas porque os vencedores quereriam assegurar os fructos da victoria, submetendo solidamente os vencidos, e livrar-se do incomodo de estarem continuamente em defesa, encarregando d'esta os homens especialmente adestrados no mister de soldados. Então a humanidade estaria destinada a perecer, ou a debater-se incessantemente entre a tirania dos vencedores e a rebelião dos vencidos.

Mas, por fortuna, mais sorridente é o futuro da humanidade, porque mais benigna é a lei que a governa.

Esta lei é a SOLIDARIEDADE.



III

O homem tem como propriedades fundamentais, necessarias, «o instinto da propria conservação,» sem o qual nenhum ser vivo poderia existir, e «o instinto da conservação da especie,» sem o qual nenhuma especie teria podido formar-se e durar. E', pois, impellido naturalmente a defender a existencia e o bem-estar de si mesmo e da sua progenie, contra tudo e contra todos.

Dois modos de assegurar a existencia e tornal-a mais agradavel, encontram em a natureza os seres vivos : um é a «luta» individual contra os elementos e contra os individuos da mesma especie ou de especie diferente ; o outro é o «apoio mutuo, a cooperação,» que pode tambem chamar-se «a associação para a luta» contra todos os factores naturais contrarios á existencia, desinvolvimento e bem-estar dos associados.

Não é preciso nestas paginas indagar que parte téem na evolução do reino organico, respectivamente, estes dois principios da luta e da cooperação. Basta constatar como na huma-

nidade a cooperação—forçada ou voluntaria—tem sido o unico meio de progresso, de aperfeiçoamento, de segurança; e como a luta—resto atavico—tem sido completamente incapás de favorecer o bem-estar dos individuos e tem produsido o mal de todos, vencedores e vencidos.

A experiencia, acumulada e transmitida de geração em geração, ensinou ao homem que unindo-se aos outros homens, mais segura estaria a sua conservação e mais engrandecido o seu bem-estar. Assim, em consequencia da luta pela vida contra a natureza e contra individuos da mesma especie, desinvolveu-se nos homens o instinto social, que transformou completamente as condições da sua existencia. Por força d'isso pode o homem sair da animalidade, adquirir tão grande poder e elevar-se tanto acima dos outros animais, que os filosofos espiritalistas julgaram necessario inventar para elle uma alma immaterial e immortal.

Muitas causas hão concorrido e contribuido para a formação d'este instinto social, que partindo da base animal do instinto da conservação da especie (que é o instinto social restricto á familia natural) chegou a um grau eminente de intensidade e estensão, e constitue enfim o fundo mesmo da natureza moral do homem.

O homem, comquanto descendente dos tipos inferiores da animalidade, sendo debil e desar-
mado para a luta individual contra os animais carnivoros, mas tendo um cerebro capás de grande desinvolvimento, um orgão vocal apto para exprimir em sons variados as diversas vibra-

ções cerebrais, e mãos especialmente adaptadas a dar a fôrma desejada á materia, para logo devia sentir a necessidade e as vantagens da associação. Assim pode diser-se que saíu da animalidade só então, ao tornar-se sociavel e ao adquirir o uso da palavra, que é a um tempo consequencia e poderoso factor da sociabilidade.

O número relativamente escasso de individuos da especie humana, tornando menos aspera, menos contínua, menos necessaria a luta pela existencia entre os homens, ainda fóra da associação, devia favorecer muito o desinvolvimento dos sentimentos de simpatia e deixar tempo para que a utilidade do apoio mutuo se podesse conhecer e apreciar.

Emfim a capacidade, adquirida pelo homem, graças ás suas qualidades primitivas applicadas em cooperação com um número de associados maior ou menor, de modificar o ambiente externo e adaptal-o ás proprias necessidades; a multiplicação dos desejos, que crescem á medida que augmentam os meios de satisfazel-os, e se tornam necessidades; a divisão do trabalho, que é consequencia da exploração metódica da natureza em beneficio do homem, fiseram que a vida social se tornasse o ambiente necessario do homem, fóra do qual este não póde viver, ou, se vive, recai no estado bestial.

E, pelo aperfeiçoamento da sensibilidade com a multiplicação das relações, bem como pelo habito impresso na especie mediante a transmissão hereditaria em milhares de seculos, esta necessidade de vida social, de troca de pensamentos e affectos entre os homens, converteu-se

num modo de ser necessario do nosso organismo, transformou-se em simpatia, amizade, amor, e subsiste independentemente das vantagens materiais que prodús a associação, tanto que para satisfazel-o se afrontam sofrimentos de todos os generos e até a morte.

Em suma, as enormes vantagens que a associação trás ao homem; o estado de inferioridade fisica, inteiramente desproporcionado á sua superioridade intelectual, no qual, frente a frente das feras, se encontra como que isolado; a possibilidade de associar-se a um número sempre crescente de individuos e em relações sempre mais intimas e complexas, até estender a associação a toda a humanidade e a toda vida; sobretudo a possibilidade de producir, em co-opeção com outros, mais do que necessita para viver; e os sentimentos affectivos que de tudo isto derivam, téem dado á luta pela existencia humana um character inteiramente diverso da luta em geral travada entre os outros animais.

Por outro lado, sabe-se hoje — e as investigações dos modernos naturalistas todos os dias ajuntam novas provas — que a coopeção teve e tem no desinvolvimento do mundo organico uma parte importantissima, que não era suspeitada por aquelles que com as teorias darwinianas pretendiam justificar o reinado da burguesia, aliás bem desarrasoadamente, pois que a distancia entre a luta humana e a luta animal é enorme e proporcional á distancia que separa o homem dos outros animais.

Estes combatem, ou individualmente, ou com frequencia em pequenos grupos fixos ou transi-

torios, contra toda a natureza, compreendendo os outros individuos da especie. Os mais socia-veis mesmo, como a formiga, a abelha, etc., são solidarios no mesmo formigueiro ou na mesma colmeia, mas estão em luta, ou indiferentes, com as outras comunidades da sua especie.

A luta humana, em vês d'isso, tende a alargar sempre mais a associação entre os homens, a solidarisar os seus interesses, a desinvolver os sentimentos de amor de cada homem por todos os homens, a vencer e dominar a natureza externa com a humanidade e para a humanidade. Toda a luta com o fim de conquistar vantagens independentemente dos outros homens ou contra elles, contradís a natureza social do homem moderno e tende a lançal-o na animalidade.

A «solidariedade», isto é, a harmonia dos interesses e dos sentimentos, o concurso de cada um para o bem de todos e de todos para o bem de cada um, é o unico estado em que o homem pode revelar a sua natureza e alcançar o maximo desinvolvimento e o maximo bem-estar possivel. Esta é a meta para que caminha a evolução humana, é o principio superior que resolve todos os antagonismos actuais, d'outro modo insoluveis, e fás que a liberdade de cada um encontre na liberdade dos outros não o limite, mas sim o complemento e as condições necessarias de existencia.

«Nenhum individuo — disia Miguel Bakunine — pode reconhecer a sua propria humanidade, nem, por consequencia, realisal-a na sua vida, senão reconhecendo-a nos outros e cooperando

para a sua realisação por elles mesmos. Nenhum homem pode emancipar-se senão emancipando simultaneamente todos os homens que o rodeiam. A minha liberdade é a liberdade de todos; pois que eu não sou realmente livre—na ideia e no facto,—senão quando a minha liberdade e o meu direito encontram sua confirmação e sancção na liberdade e no direito de todos os homens meus iguais.

«Importa-me muito o que são os demais homens, pois por muito independente que pareça ou me julgue pela minha posição social, ainda que seja papa, rei ou imperador, eu não sou mais que o produto incessante do que são os outros homens entre si. Se são ignorantes, miseráveis e escravos, a minha existencia define-se pela sua ignorancia, pela sua miseria, pela sua escravidão. Por exemplo, eu, homem ilustrado e inteligente, sou estúpido por causa da sua estupidês; eu, valoroso, sou escravo pela sua escravidão; eu, rico, temo a sua miseria e tremo diante d'ella; eu, privilegiado, empalideço ante a sua justiça. Eu que quero ser livre, não posso sel-o, porque á volta de mim não o querem ser todos os homens, e, não o querendo ser, convertem-se para mim em instrumentos de opressão.»

A solidariedade, pois, é a condição em que o homem encontra o maior grau de segurança e bem-estar; e por isso o mesmo egoismo—consideração exclusiva do proprio interesse, impele o homem para a solidariedade, ou melhor, egoismo e altruismo—consideração dos interesses dos outros, confundem-se num mesmo senti-

mento, como se confundem num só o interesse individual e o interesse social.

Mas o homem não podia d'um salto passar da animalidade á humanidade, da luta brutal entre homem e homem á luta solidaria de todos os homens contra a natureza exterior. Guiado pelas vantagens que oferece a associação e a consequente divisão do trabalho, o homem evolvia para a solidariedade; mas esta evolução encontrou um obstaculo que a desviou, e a desvia ainda hoje, do seu termo. O homem, ao menos até certo ponto e pelas necessidades materiais e primitivas que só então sentia, descobriu que podia realisar as vantagens da cooperação, submetendo os demais homens em vês de associar-os; e como eram poderosos nelle os instintos feroses e anti-sociais herdados do animal seu progenitor, compeliu os mais debeis a trabalhar para elle, preferindo a dominação á associação. Na maior parte dos casos, pela exploração dos vencidos, talvês, começou o homem a compreender os beneficios da associação, a utilidade que lhe podia advir do apoio do homem.

Assim o conhecimento da utilidade da cooperação, que devia faser triunfar a solidariedade em todas as relações humanas, levou-nos pelo contrário á propriedade individual e ao governo, isto é, á exploração do trabalho de todos em beneficio d'alguns privilegiados.

A associação, fóra da qual não ha vida humana possivel, foi sempre a cooperação, mas um modo de cooperação imposto e regulamentado por um pequeno número de individuos

em beneficio dos seus interesses particulares.

D'este facto se deriva a grande contradição — que enche a historia dos homens — entre a tendencia a associar-se e fraternisar para a conquista e adaptação do mundo exterior ás necessidades do homem e para a satisfação dos sentimentos affectivos, e a tendencia a dividir-se em tantas unidades separadas e hostis, quantas são as agrupações determinadas pelas condições geograficas e etnograficas, quantas as posições sociais e economicas, quantos os homens que logram obter uma vantagem e querem assegurar-a e augmental-a, quantos os que esperam a posse d'um privilegio, quantos os que sofrem uma injustiça, e se rebelam e querem libertar-se.

O principio «cada um por si», que é a guerra de todos contra todos, veio no curso da historia complicar, desviar, paralisar a guerra de todos contra a natureza, sustentada em pró do maior bem-estar da especie humana, e que só pode ter completo exito fundando-se no principio «todos por um, um por todos».

Imensos são os males que tem soffrido a humanidade pela intrusão da tendencia dominadora e exploradora na associação humana. Mas apesar da opressão atrás a que têm estado submetidas as massas, apesar da miseria, dos vicios, dos delictos, da degradação que a escravidão tem produsido em escravos e senhores, apesar dos odios acumulados, da guerra d'exterminio, do antagonismo d'interesses artificialmente criados, o instinto social sobreviveu e tem-se desinvolvido. A cooperação sendo sem-

pre condição necessaria para os homens poderem lutar com exito contra o mundo exterior, foi tambem causa permanente da aproximação dos sentimentos de simpatia entre elles. A propria opressão das massas levou os oprimidos a fraternisar. Só por virtude da solidariedade mais ou menos consciente, mais ou menos intensa, que existia entre os oprimidos, é que estes têm podido suportar a opressão, e a humanidade tem resistido ás causas de morte que nella se arraigaram.

Hoje o grandissimo desinvolvimento que a produção adquiriu, o augmento de necessidades que sómente com o concurso de grande número de homens de todos os países se podem satisfazer, os meios de comunicação, os habitos de viajar, a sciencia, a literatura, o commercio, a propria guerra, tornaram, e tornam cada vês mais, a especie humana num só corpo, cujas partes, solidarias entre si, podem encontrar a sua plenitude e liberdade de desinvolvimento, unicamente na saude das demais partes do todo.

Os habitantes de Napoles estão tão interessados na limpeza da sua cidade como no melhoramento das condições higienicas das povoações do Ganges, d'onde procede o colera. O bem-estar, a liberdade, o porvir d'um montanhês perdido nas gargantas dos Apeninos, dependem não só do estado de abastança ou de pobreza em que se encontrem os habitantes da sua aldeia, não só das condições gerais do povo italiano, mas ainda do estado dos trabalhadores na America ou na Australia, das descobertas que possa faser um homem de sciencia

de Sidney, das condições morais e materiais do povo chinês, da guerra ou da pás na Africa, emfim do conjunto de circunstancias, grandes ou pequenas, que em qualquer ponto do globo se dêem num determinado ser humano.

Nas condições actuais da sociedade, esta vasta solidariedade que une todos os homens, é em grande parte inconsciente, pois que surge espontaneamente da ruina dos interesses particulares, quando os homens pouco ou nada se preocupam com os interesses gerais. E esta é a prova mais evidente de que a solidariedade é lei natural da humanidade, que se manifesta e se impõe apesar de todos os obstaculos, apesar de todos os antagonismos criados pela presente constituição social.

Por outro lado, a massa oprimida, que já não se resigna por completo á oppressão e á miseria e que hoje mais que nunca se mostra anciosa de justiça, de liberdade e de bem-estar, começa a compreender que não poderá emancipar-se senão por meio da união, da solidariedade entre todos os oprimidos, entre todos os explorados do mundo. E compreende tambem que é condição imprescindivel da sua emancipação a posse dos meios de producir, do solo e dos instrumentos do trabalho, e, portanto, a abolição da propriedade individual. Demais a sciencia, a observação dos fenomenos sociais, demonstra que esta abolição seria de imensa utilidade para os proprios privilegiados, desde que quisessem tão sómente renunciar ao seu espirito de dominação e concorrer com todos ao trabalho pelo bem-estar comum.

Pois bem : se um dia a massa oprimida se negasse a trabalhar para outros, tomasse aos proprietarios a terra e os instrumentos do trabalho, e quisesse utilizar tudo por conta e em beneficio proprio, isto é, de todos ; se não quisesse sofrer por mais tempo a dominação da força bruta nem do privilegio economico; se a fraternidade popular, o sentimento de solidariedade humana, reforçado pela mancomunação dos interesses, pusesse termo á guerra e á conquista, que rasão de ser teria o governo?

Abolida a propriedade individual, o governo que é o seu defensor, deveria desaparecer. E se sobrevivesse, tenderia constantemente a reconstituir, sob qualquer fórma, uma classe privilegiada e opressora.

A abolição do governo não significa, não pode significar o rompimento dos laços sociais. Antes pelo contrario, a cooperação, que hoje é forçada, que hoje é vantajosa tão sómente para alguns, seria livre, voluntaria, e vantajosa para todos, e por isso se tornaria muito mais intensa e eficaz.

O instinto social, o sentimento da solidariedade desinvolver-se-ia no seu mais alto grau, e cada homem faria tudo que pudesse pelo bem dos outros, tanto para satisfazer os seus sentimentos affectivos, como por um bem intendido interesse proprio.

Do livre concurso de todos, mediante a associação espontanea dos homens segundo as suas simpatias e necessidades, de baixo para cima, do simples para o composto, partindo dos interesses immediatos para chegar aos mais afas-

tados e gerais, surgiria uma organização social que teria por fim o maior bem-estar e a maior liberdade de todos, ligaria toda a humanidade por laços fraternais, e modificar-se-ia e melhoraria segundo se modificassem as circunstancias e consoante as lições da experiencia.

Esta sociedade de homens livres, esta sociedade de amigos, é a ANARQUIA.

IV

Temos até agora considerado o governo tal qual é, tal qual deve ser necessariamente em uma sociedade fundada no privilegio, na exploração e despotismo do homem pelo homem, no antagonismo dos interesses, na luta intersocial, numa palavra, na propriedade individual.

Vimos como o estado de luta, longe de ser uma condição necessaria da vida da humanidade, é contrária aos interesses, aos individuos e á especie humana; vimos que a cooperação é lei do progresso humano; e concluimos que suprimindo-se a propriedade individual e todo o predominio do homem sobre o homem, o governo perde toda a sua razão de ser e deve ser abolido.

«Mas,—poderão dizer-nos—mudado o principio em que hoje se funda a organização social, substituida a luta pela solidariedade, e a propriedade individual pela propriedade comum, mudada seria a natureza do governo, o qual de protector e representante dos interesses d'u-

ma classe, posto que já não haveria classes, passaria a representante dos interesses de toda a sociedade. Teria a missão de assegurar e regular, no interesse de todos, a cooperação social, desempenhar os serviços publicos de geral importancia, defender a sociedade das possiveis tentativas de restabelecimento do privilegio, e prevenir e reprimir os atentados que qualquer cometesse contra a vida, bem-estar e liberdade de cada um.

«Na sociedade ha funções demasiado necessarias que reclamam muita constancia, grande regularidade, para que, sem perigo de dano, possam ser abandonadas á vontade livre dos individuos.

«Quem, a não ser um governo, organisaria e asseguraria os serviços de alimentação, de distribuição, de higiene, de comunicações postais e telegraficas, de transportes, etc.? Quem cuidaria da instrução popular? Quem emprenderia os grandes trabalhos de exploração e beneficiação do solo e outros de aspecto scientifico que transformam a face da terra e centuplicam as forças humanas? Quem atenderia á conservação e augmento do capital social para transmitir-o, melhorado, aos vindouros? Quem impediria a devastação, a exploração irracional, e portanto o empobrecimento do solo? Quem teria a faculdade de prevenir e reprimir os delictos, os actos anti-sociais? E os que, faltando á lei da solidariedad, não quisessem trabalhar? e os que derramassem a infecção num país, negando-se a submeter-se ás regras higienicas prescritas pela sciencia?

e os que, loucos ou não, intentassem queimar as cearas, violar as raparigas, ou abusar dos mais fracos, pela sua superior força física ?

«Destruir a propriedade individual e abolir os governos existentes, sem reconstituir logo um governo que organisasse a vida colectiva e assegurasse a solidariedade social, não seria abolir os privilegios e dar ao mundo a pás e o bem-estar ; seria destruir todo o vinculo social, lançar de novo a humanidade na barbaria, no reinado de «cada um por si», que é o triunfo indefectivel da força brutal, primeiro, e do privilegio economico depois.»

São estas as objecções que nos fazem os autoritarios, mesmo socialistas, isto é, mesmo os que querem a abolição da propriedade individual e do governo de classe, que d'ella se deriva.

Responderemos a essas objecções.

Em primeiro lugar, não é certo que mudando as condições sociais, o governo mude de natureza e de funções. O'rgam e função são termos inseparaveis. Tirai a um órgam a sua função, e o órgam morre ou reconstitue-se. Lançai um exercito num país em que não haja motivos, nem assomos de guerra interna ou externa, e esse simples factó provocará a guerra ou o exercito dissolver-se-á. Uma policia onde não haja delictos que descobrir nem delinquentes que prender, provocará, inventará os delictos e os delinquentes ou deixará de existir.

Em França existe ha seculos uma instituição, agregada hoje á administração florestal, — *la louveterie*, cujos empregados téem a seu cargo

disimar os lobos e outros animais damninhos. Ninguém se surpreenderá, sabendo que precisamente por causa d'essa instituição ha agora lobos em França, e que nas estações rigorosas fazem muitos estragos. O publico occupa-se pouco ou nada de tais feras, porque são aquelles empregados quem téem esse encargo, e estes, naturalmente, organisam montarias, mas com *inteligencia*, respeitando os covis e dando tempo á reprodução, para não se exporem a destruir uma especie tão interessante. Os camponios franceses de facto téem pouca confiança nestes caçadores de lobos e consideram-n'os antes guardas d'esses animais. E comprehende-se que assim suceda : que fariam os chefes da instituição se não existissem lobos no territorio da Republica ?

Um governo, ou o que é mesmo, um certo número de pessoas encarregadas de faserem as leis e de se servirem da força de todos para as tornar acatadas de cada um, constitue já uma classe privilegiada e separada do povo. Tratará instintivamente, como todo o corpo constituido, de augmentar as suas attribuições, de subtrair-se á direcção popular, de impôr as suas tendencias, e de faser predominar os seus interesses particulares. Colocado numa posição privilegiada, encontrar-se-á em antagonismo com as massas de cuja força dispõe.

Demais, um governo qualquer, ainda que quisesse, não poderia contentar a todos e teria que limitar-se a contentar alguns. Teria que defender-se dos descontentes, e portanto cointeressar uma parte do povo para lhe servir de

apoio. E assim recommençaria a velha historia de uma classe privilegiada, constituindo se com a cumplicidade do governo, e que, se de vês não se apossava do solo, monopolisaria certas posições do favoritismo, criadas de proposito, e não seria menos opressora nem menos exploradora do que a classe capitalista actual.

Os governantes, habituados ao mando, não queriam tornar a confundir-se com a massa, e se não pudessem conservar o poder, assegurar-se-iam pelo menos a posição do privilegio para quando tivessem de o entregar. Apelariam para os meios que dá o poder para que os successores fossem eleitos d'entre os seus amigos, a fim de que estes os apoiassem e protegessem por sua vês. Assim, o governo passaria d'umas mãos para outras, sempre as mesmas de facto, e a «democracia», que é o pretensio governo de todos, acabaria como sempre numa «oligarquia», que é o governo d'alguns, o governo d'uma classe.

E que oligarquia omnipotente, opressora e absorvente seria a que tivesse a seu cargo, á sua disposição, todo o capital social, todos os serviços publicos, desde a alimentação até o fabrico de alpercatas, desde a universidade até o teatro de opereta!

Suponhamos, comtudo, que o governo não constituia em si uma classe privilegiada, podia viver sem criar em torno de si novos privilegiados, e permanecia, como se pretende, na sua natureza de representante, de servo, se quiserem, de toda a sociedade. Para que ser-

viria? Em quê e de que modo aumentaria a força, a intelligencia, o espirito de solidariedade, e o cuidado do bem-estar presente e futuro, que num dado momento existissem numa determinada sociedade?

Sempre a velha historia do homem com as pernas ligadas, condemnado a viver apesar das ligaduras, e sem embargo crendo viver por virtude d'ellas. Estamos costumados a viver sob a direcção d'um governo que reúne todas as forças, intelligencias e vontades que em seu beneficio pode dirigir, e difficulta, paralisa e suprime as que lhe são inuteis ou hostis, e imaginamos que tudo que se fás na sociedade se fás por obra e graça do governo, e que, portanto, sem governo não pode haver no corpo social nem força, nem intelligencia, nem boa vontade. Assim, já o dissemos, o proprietario que se apossa da terra fás cultivá-la em seu proveito particular, deixando ao trabalhador o estrictamente necessario para que possa e queira continuar a trabalhar, emquanto o trabalhador pensa que não poderia viver sem o patrão ou burguês, como se este criasse a terra e as forças da natureza.

Que pode o governo, por si, ajuntar ás forças morais e materiais que existem numa sociedade? Será acaso como o deus da Biblia que cria o mundo do nada?

Assim como nada se cria no mundo que se dis material, assim nada se cria nesta fórma mais complicada do mundo material, que é o mundo social.

Por isso os governantes não podem dispôr

mais que das forças que existem na sociedade, exceptuadas as que a acção governativa paralisa e destrê, as rebeldes e todas as que se perdem entre as ruínas, necessariamente enormes, de mecanismo tão artificioso. Se alguma coisa dão por sua parte, podem fazel-o como homens, não como governantes. Ainda mais: d'aquellas forças morais e materiais que ficam á disposição do governo, só uma parte pequenissima recebe um destino realmente util á sociedade. As demais consomem-se em actividade repressiva das forças rebeldes, ou são subtraídas ao interesse geral e accumuladas em beneficio d'um pequeno número d'homens e em prejuizo da maioria.

Tem-se discorrido muito sobre a parte que respectivamente téem na vida e no progresso da sociedade humana a iniciativa individual e a iniciativa social, e tanto se embrulhou a questão, com auxilio da artificiosa linguagem metafisica, que são poucos os que téem tido a audacia de afirmar que no mundo humano tudo se rege e marcha por impulso da iniciativa individual. Na realidade é esta uma verdade comum, que aparece evidente apenas se atente no que a palavra significa. O ser real é o homem, é o individuo; a sociedade ou colectividade — e o Estado ou governo que pretende represental a — se não são abstracções vans, não podem ser mais que agregados de individuos. E precisamente no organismo de cada individuo téem origem necessaria todos os pensamentos e todos os actos humanos, os quais de individuais se convertem em colectivos, quando

são ou se fazem comuns a muitos individuos. A acção social não é, portanto, nem a negação, nem o complemento da iniciativa individual, é pura e simplesmente o resultado da iniciativa dos pensamentos e das acções de todos os individuos que compõem a sociedade, resultado que comparado com outro de natureza semelhante é maior ou menor consoante as forças simples concorrem para o mesmo fim ou são divergentes e opostas. E se, á maneira dos autoritarios, em lugar d'isto se intende por acção social a acção governativa, ainda então ella não é mais que o resultado das forças individuais, das forças d'aquelles individuos que compõem o governo ou que por sua posição podem influir nos seus procedimentos.

D'onde se vê que a contenda secular entre a liberdade e a autoridade, ou por outras palavras, entre o socialismo e o Estado de classe, verdadeiramente não tem por fim alterar as relações entre a sociedade e o individuo, ou augmentar a independencia individual á custa da limitação da ingerencia social ou esta á custa d'aquella. Do que se trata é de impedir que uns individuos possam tiranisar outros, é de dar a todos os individuos os mesmos direitos e os mesmos meios de acção, e substituir pela iniciativa de todos, que produzirá naturalmente o beneficio de todos, a iniciativa de alguns, que prodús necessariamente a opressão dos demais. Trata-se, em suma, de destruir, de sempre e para sempre, a tirania e a exploração do homem pelo homem, de modo que todos se interessem pelo bem comum, e as for-

ças individuais em vês de se anularem com a luta, encontrem a possibilidade d'um desenvolvimento completo, e se associem, no maximo proveito de todos.

De quanto temos dito resulta que a existencia d'um governo, ainda que fosse, segundo a nossa hipotese, o governo ideal do socialismo autoritario, longe de produzir um augmento das forças produtoras, organisadoras e protectoras da sociedade, as diminuiria incessantemente, restringindo a alguns a iniciativa e dando-lhes o direito de faserem tudo, mas sem poder dar-lhes a faculdade de tudo saberem.

De facto, se se extrema da legislação, de toda a obra d'um governo, tudo que tem por objecto defender os privilegiados e representa a vontade dos mesmos privilegiados, que fica senão o resultado da actividade de todos? «O estado — dís Sismondi — é sempre um poder conservador que manifesta, regula e organisa as conquistas do progresso, (a historia acrescenta que as dirige em proveito proprio e da classe privilegiada) mas que não as inicia. Estas téem sempre a sua origem em baixo, nascem do fundo da sociedade, do pensamento individual, que, divulgado, se converte em opinião, em maioria, devendo, porém, impedir, e combater nos poderes constituídos, a tradição, o habito, o privilegio e o erro.»

Para comprehender como uma sociedade pode viver sem governo, basta observar um pouco a fundo a propria sociedade actual. Ver-se-á que na realidade a parte principal, mais essencial da vida colectiva, se exerce fóra da

intervenção governamental, e que o governo só intervem para explorar a massa, para defender os privilegiados, e que no mais vem a sancionar, bem inutilmente, tudo que se fêz, ou a prescindir de tudo, as mais das vezes a seu pesar.

Os homens trabalham, transfiguram-se pelo estudo, viajam, seguem, como intendem, as regras da moral e da hygiene, aproveitam-se dos progressos da sciencia e da arte, téem infinitas relações entre si, sem sentirem necessidade de que alguém lhes imponha um modo de conduzir-se. Por isso as coisas em que não intervem o governo, são as que marcham melhor, as que dão lugar a menos divergencias, pois sendo dispostas á vontade de todos, todos as acham uteis e agradaveis.

Não é necessario o governo para as grandes empresas e para aquelles serviços publicos que reclamam o concurso regular de muita gente de países e condições diversas. Mil empresas d'esta ordem são já hoje obra de associações particulares, livremente constituídas, as quais, segundo a opinião de toda a gente, são também as que melhor resultado dão. Não falamos das associações de capitalistas organisadas para a exploração, ainda que demonstram igualmente a possibilidade e o poder da associação livre, e como esta pode estender-se até abraçar gente de todos os países e interesses imensos e variadissimos. Falamos de preferencia d'aquellas associações que, inspiradas no amor do similhante, ou na paixão da sciencia, ou simplesmente no desejo de divertir-se e faser-se

aplaudir, melhor representam o sistema de agrupações tais quais serão numa sociedade em que, abolida a propriedade individual e a luta intestina entre os homens, cada um verá confundido o seu interesse com o interesse de todos, e a sua mais grata satisfação em fazer o bem e compraser aos outros. As sociedades e congressos scientificos, as associações internacionais de salvação, a sociedade da Crús Vermelha, as sociedades de geografia, as organizações operarias, as corporações de voluntarios que prestam socorros em todas as grandes calamidades publicas, são exemplos, entre mil, d'esse poder do espirito de associação, que se manifesta sempre que se trate d'uma necessidade ou d'uma paixão verdadeiramente sentida, e não falem os meios adequados. Se a associação voluntaria não cobre o mundo e não abraça todos os ramos da actividade material e moral, é por causa dos obstaculos que lhe opõe o governo, do antagonismo criado pela propriedade privada, e da impotencia e envilecimento a que a monopolisação da riqueza por alguns redús a grande maioria dos homens.

O governo tem a seu cargo, por exemplo, o serviço de correios, caminhos de ferro, etc. Mas em que auxilia elle realmente esses serviços? Quando o povo, colocado em circunstancias de poder desfructal-os, sente a sua necessidade, trata de organisal-os, e os homens tecnicos não esperam ordens governativas seja para o que fôr, põem desde logo mãos á obra. E quanto mais geral e urgente é a necessidade, mais abundam os que voluntariamente

se dispõem a satisfazer-a. Se fosse facultado ao povo pensar na produção e na alimentação, oh! não tinheis que recear que elle se deixasse morrer de fome, á espera de que um governo redigisse leis a esse respeito. Se devesse existir um governo, ver-se-ia obrigado a esperar que primeiro o povo fizesse tudo e tudo organisase, para vir em seguida sancionar com as leis e explorar aquillo mesmo que já estava feito e organizado.

Está demonstrado que o interesse particular é o grande estímulo da actividade; pois identificado o interesse de todos com o de cada um, e ha de necessariamente ser assim desde que não exista a propriedade individual, ainda todos trabalharão: se as coisas se fazem quando interessam a alguns, mais e melhor se farão quando interessarem a todos. Dificilmente se comprehende como ha pessoas que julgam que a execução e a marcha regular dos serviços publicos indispensaveis á vida social, estão melhor asseguradas se se operam por ordem d'um governo, do que quando os trabalhadores directamente as tomam a seu cargo, já por propria escolha, já por acordo com os demais, e as levam a cabo sob a immediata vigilancia de todos os interessados.

Certamente que em todas as grandes obras colectivas ha necessidade de divisão do trabalho, direcção tecnica, administração,¹ etc. Mas

¹ Não devem ser tomadas á letra estas duas ultimas expressões, como d'aqui a pouco se verá. Dado que existam de futuro a «direcção tecnica» e a «adminis-

em má hora os autoritarios põem em jogo o vocabulo para deduzir a rasão de ser do governo. O governo, bom é repetil-o, é a reunião dos individuos que tiveram ou téem o direito e os meios de faser as leis e de forçar os homens a obedecer-lhes ; os administradores, os engenheiros, etc., são pelo contrário, homens que recebem ou tomam espontaneamente o encargo de faser um certo trabalho e o faserem. Governo significa delegação de poder, isto é, abdicção da iniciativa e da soberania de todos nas mãos d'alguns; administração significa delegação de trabalho, isto é, encargo dado e recebido, troca livre de serviços fundada no livre pacto. O governante é um privilegiado porque tem o direito de mandar os demais e de se servir da força de todos para faser triunfar as suas ideias e os seus desejos particulares; o administrador, o director tecnico, etc., são trabalhadores como os outros, quando, está intendido, o são numa sociedade em que todos téem iguais meios de desinvolver-se, — todos são ou podem ser a um tempo trabalhadores intellectuais e manuais, — não ha outras diferenças entre os homens além das que se derivam

tração», estes serviços não constituirão encargo especial, privativo, de individuos mais habéis, mas, sem character algum de superioridade ou preponderancia, nascerão do acordo tomado a fim de se realisarem os empreendimentos, para que se exija o concurso de diversas vontades; sendo assim meros casos ou aspectos da «divisão do trabalho». E nesta expressão — divisão do trabalho se pode, em verdade, compreender tudo aquillo de que ha necessidade em toda a obra colectiva.—B-A.

da diversidade natural de aptidões, — e todos os trabalhos e todas as funções dão direito igual a gosar os beneficios sociais.

Não se confunda, pois, a função governamental com a função administrativa. Estas funções são essencialmente distintas, e se hoje se encontram muito confundidas, isso é devido sómente ao privilegio economico e politico.

Passemos agora ás funções pelas quais o governo é considerado verdadeiramente indispensavel, por todos os que não são anarquistas : a defesa externa e interna d'uma sociedade, isto é, a *guerra*, a *policia* e a *justiça*.

Abolido o governo e posta a riqueza social á disposição de todos, prontamente desapareceriam todos os antagonismos entre os povos, e a guerra não teria rasão de ser. E pode dizer-se que, no estado actual do mundo, se a revolução se fizesse num país e não encontrasse eco nos demais, inspiraria seguramente tantas simpatias que nenhum governo ousaria enviar os seus exercitos ao estrangeiro, com receio de que ella tambem surgisse em sua propria casa. Mas admitamos que os governos dos países ainda não emancipados quizeriam e poderiam submeter á servidão um país livre; haveria por isto necessidade d'um governo para a defesa? Para a guerra necessitam-se homens que possuam os conhecimentos geograficos e tecnicos precisos, e sobretudo massas que queiram bater-se. O governo não pode augmentar a capacidade d'uns, nem a vontade e valor dos outros. A experiencia historica ensina que um povo que quer verdadeiramente defender o seu

territorio é invencível; e na Italia sabe toda a gente que ante os corpos de voluntarios (formação anarquica) tremeram os tronos e desapareceram os exercitos regulares, compostos de soldados obrigados ou salarizados.

E a *policia*? E a *justiça*? Julgam muitos que se não fosse a guarda municipal, a policia e os juizes, cada qual teria a liberdade de matar, ferir ou prejudicar os demais a seu talante, e que os anarquistas, em nome dos seus principios, respeitariam uma tão estranha liberdade que destroe a liberdade e a vida de todos. Quasi chegam a crer que depois de havermos derribado o governo e a propriedade individual, deixariamos que se reconstituísse tranquilamente uma e outro, em respeito á *liberdade* dos que sentissem a necessidade de serem governantes e proprietarios. Estranho modo de intender as nossas ideias!...

A liberdade que nós queremos, para nós e para os outros, não é a liberdade absoluta, abstracta, metafisica, que na prática se tradús fatalmente pela opressão do fraco, mas a liberdade real, a liberdade possivel, que é a comunidade consciente dos interesses, a solidariedade voluntaria. Proclamamos a maxima — FASE O QUE QUISERES, e nella quasi que resumimos o nosso programa, porque — facil é comprehendel-o—intendemos que numa sociedade sem governo e sem propriedade todos FARÃO O QUE DEVEREM.

Mas se, ou por consequencia da educação recebida na actual sociedade, ou por enfermidade fisica, ou por qualquer outra causa, al-

guem quisesse faser-nos damno e faser-o aos demais, nós apressar-nos-íamos, á falta d'outros, a impedil-o por todos os meios ao nosso alcance. Pois que sabemos que o homem é resultado do seu organismo e do ambiente cosmico e social em que vive; pois que não confundimos o direito sagrado da defesa com o pretendido e absurdo direito de punir; pois que não veremos no delinquente, no que executa actos anti-sociais, o escravo rebelde, como os juízes do nosso tempo, mas o irmão enfermo, necessitado de cura, não alimentaremos o odio na repressão, mas procuraremos não transpôr os limites do necessario na defesa, e não pensaremos em vingar-nos, senão em curar e remir o infelis delinquente, por todos os meios que a sciencia nos ensine. De qualquer modo que os anarquistas intendam o assunto, (e com elles pode dar-se o mesmo que com todos os teóricos, isto é, perderem de vista a realidade para correr atrás d'uma apparencia de logica) o certo é que o povo não compreenderia que houvesse de deixar impunes os atentados contra a sua liberdade e o seu bem-estar, e, se a ocasião se oferecesse, trataria de defender se dos actos anti-sociais d'alguns. Mas, para tanto, de que serve essa gente que tem por officio faser leis, e ess'outra que vive inventando contraventores das mesmas leis? Quando o povo reprova verdadeiramente uma coisa e a julga má, procura sempre impedil-a, melhor que todos os legisladores, juízes e esbirros de profissão. Quando nas insurreições o povo quis, bem a pesar de muitos, faser respeitar a propriedade privada,

fel-a respeitar como não o conseguiria um exercito de esbirros.

Os costumes seguem sempre os sentimentos e necessidades gerais, e são tanto mais respeitados quanto menos sujeitos estão á sanção da lei, porque todos vêem e compreendem a sua utilidade, e porque os interessados, não tendo a protecção do governo, fasem-n'os respeitar por si mesmos. Para uma caravana que viaja pelos desertos d'Africa a boa economia da agua é questão de vida ou de morte, e a agua em tais circumstancias é coisa sagrada e nenhum dos viajantes se permite o desperdiçal-a. Os conspiradores têm necessidade de guardar segredo, e este ou é guardado ou a infamia mancha aquelle que o viola. As dividas de jogo não estão garantidas pela lei, e entre os jogadores é considerado e considera-se a si mesmo deshonrado o que não as paga.

E' devido á guarda civil que não é maior o número de assassinatos? A maior parte dos municipios da Italia ¹ não vêem os guardas ou soldados senão de tempos a tempos: milhares de homens andam pelos montes e pelo campo, longe da vista tutelar da autoridade, de sorte que poderiam ser maltratados sem o menor receio de punição; e sem embargo não estão menos seguros do que os que vivem nos centros mais vigiados. A estatistica demonstra que o número dos delinquentes difficilmente varia por efeito das medidas repressivas, varian-

¹ E de Portugal.—B-A.

do, porém, rapidamente ao variarem as condições economicas e o estado da opinião pública.

Depois as leis penais não compreendem senão os factos extraordinarios, excepcionais. A vida quotidiana desinvolve-se fóra da acção do código e regula-se quasi inconscientemente, por tacito e voluntario consenso de todos, em virtude d'uns certos usos e costumes muito mais importantes para a vida social do que os artigos do código, e tambem mais respeitadas, embora completamente alheios a toda a sanção que não seja a, natural, do desprezo em que incorrem os violadores e do damno que d'esse desprezo se deriva.

E quando surgissem divergencias entre os homens, a arbitragem livremente accета¹ ou a pressão da opinião pública, não seria muito mais apta para dar rasão a quem a tivesse, do que uma magistratura irresponsavel, que tem o direito de julgar tudo e todos, e que é necessariamente incompativel e injusta?

Assim como o governo só serve para proteger a classe privilegiada, assim a policia e a magistratura só servem para reprimir os delictos que o povo não considera tais e que apenas afrontam privilegios dos governantes e dos proprietarios. Para a verdadeira defesa social, para a defesa da liberdade e do bem-estar de todos

¹ A decisão arbitral não é mais que a opinião d'algumas pessoas. Boa ou má, exacta ou errada, a ella havemos de ficar sujeitos? De crer é que de futuro se não adopte essa fórmula actual de terminar certas questões.— B-A.

não ha nada mais pernicioso do que a formação d'uma classe que vive com o pretexto de defender todos, se acostuma a considerar cada homem como uma fera que é mister enjaular, e nos maltrata sem saber porquê, á ordem d'um chefe, qual sicario inconsciente e assalariado.

V

Bem ; seja, disem alguns. A Anarquia pode ser uma fôrma perfeita de convivencia social, mas nós não queremos dar um salto nas trevas. Explicai-nos minuciosamente como se organizará a vossa sociedade. E por aqui fóra uma serie de perguntas que são mui interessantes, se se trata de estudar os problemas cuja solução se ha de impôr á sociedade emancipada, mas que são inuteis ou absurdos ou ridiculos, se se pretende de nós uma solução definitiva. Por que metodo se educará a criança? Como se organizará a produção e a distribuição? Continuarão a formar-se grandes cidades ou a população distribuir-se-á igualmente por toda a superficie da terra? E se todos os habitantes da Siberia quizerem passar o inverno em Nice? E se todos quizerem comer salmão e beber vinho de Jerez? E quem será mineiro ou marinho? E quem limpará as latrinas? E os enfermos serão tratados em casa ou em hospitais? E quem fixará a marcha dos comboios? E que

se fará se um maquinista adoecer enquanto o comboio vai em caminho? E assim sucessivamente até pretenderem que nós possuamos toda a sciencia e toda a experiencia da idade futura e que, em nome da Anarquia, prescrevamos aos homens do porvir a que hora deverão deitar-se e em que dia de semana terão de cortar as unhas.

Se os leitores esperam de nós resposta a tais perguntas, ao menos ás que são sérias e importantes, e esperam que essa resposta seja mais que a nossa opinião pessoal de momento, isso significará que não temos conseguido explicar bem o que é a Anarquia.

Não somos mais profetas do que o resto dos homens, e se pretendessemos dar uma solução official a todos os problemas da vida na sociedade futura, intenderíamos a abolição do governo num sentido verdadeiramente estranho. Isso redundaria em nós mesmos nos constituirmos governo e prescrevermos, como os legisladores religiosos, um código universal para o presente e para o futuro. Mas felismente, como não temos fogueiras e masmorras para impôr a nossa Biblia, a humanidade poderia rir-se impunemente de nós e da nossa pretensão!

Preocupamo-nos muito com todos os problemas da vida social, interessamo-nos pela sciencia, porque contamos ver implantada a Anarquia e concorrer como pudermos para a organização da nova sociedade. Temos, por isso, as nossas soluções que, segundo os casos, apresentariamos como definitivas ou transitorias, e algo diríamos, se o logar fosse outro. Mas o facto

de nós, hoje, com os dados que possuímos, pensarmos d'um certo modo sobre uma determinada questão, não quer dizer que no porvir se fará precisamente como nós imaginamos. Quem pode prever a actividade que haverá na humanidade quando esta se ache emancipada da miseria e da opressão, quando todos tenham meios de se instruir e desinvolver, quando não haja senhores nem escravos, e a luta contra os demais homens e os odios e rancores que d'esta se derivam já não sejam uma necessidade da existencia? Quem pode prever os progressos da sciencia, os novos meios de produção, de comunicação, etc?

O essencial é isto : que se constitua uma sociedade em que não seja possível a exploração e dominação do homem sobre o homem, em que todos tenham á sua disposição os meios de existencia, de trabalho e de progresso, e todos possam concorrer, como queiram e saibam, para a organização da vida social. Numa sociedade assim tudo se fará, necessariamente, do modo que melhor satisfaça as necessidades gerais, segundo as condições e a possibilidade do momento, e tudo se fará melhor á medida que cresçam os conhecimentos e os meios.

No fundo, um programa que afecte as bases da constituição social não pode faser mais que indicar um metodo. O metodo é, precisamente, o que differença os partidos e determina a sua importancia na historia. A' parte o metodo, todos disem que querem o bem dos homens, e muitos o desejam sinceramente ; os partidos desaparecem e com elles toda a acção organizada

e dirigida para um determinado fim. E' preciso pois, antes de tudo, considerar a Anarquia como um metodo.

Os metodos de que os diversos partidos, não anarquistas, esperam ou disem esperar, o maior bem de cada um e de todos, podem reduzir-se a dois: o autoritario e o chamado liberal. O primeiro confia a alguns a direcção da vida social e fomenta a exploração e opressão das massas por parte de certos privilegiados. O segundo apoia-se na livre iniciativa do individuo e proclama, senão a abolição, a redução do governo ao minimo de attribuições possível; mas como respeita a propriedade individual e se funda no principio de «cada um por si», e portanto na concorrência entre os homens, a sua liberdade não é mais que a liberdade dos fortes, dos poderosos, dos proprietarios, para oprimir e explorar os debeis, os que não téem nada; e, longe de produsir a harmonia, tende sempre a augmentar a distancia entre os ricos e os pobres e dá origem á espoliação e á tirania, isto é, á autoridade. Este segundo metodo, ou seja o liberalismo, teoricamente, é uma especie de Anarquia sem socialismo, e por isso não passa d'uma mentira, porque a liberdade não é possível sem a igualdade, e a verdadeira Anarquia não pode existir fóra da solidariedade, fóra do socialismo. A critica que os partidarios da liberdade fazem do governo redús-se a pretender tirar-lhe um certo número de attribuições e convidar os capitalistas a defender-se; mas não pode atacar as funções repressivas que constituem a sua essencia, porque sem o soldado e o policia

não poderiam existir os proprietários. Assim as forças repressivas do governo hão de crescer sempre á medida que crescem, por obra da livre concorrência, a desharmonia e a desigualdade.

Nós, os anarquistas, apresentamos um metodo novo: a livre iniciativa de todos e o pacto livre, depois que, abolida revolucionariamente a propriedade individual, todos estejam de posse da igualdade de condições para dispõem da riqueza social. Este metodo, não deixando lugar á reconstituição da propriedade individual, deve conduzir, por meio da associação livre, ao triunfo completo do principio da solidariedade.

Assim consideradas as coisas, vê-se que todos os problemas postos com o proposito de combater a Anarquia, são antes um argumento a seu favor, porque só ella indica o modo de achar experimentalmente as soluções que melhor correspondam aos dictames da sciencia e aos sentimentos e necessidades de todos.

Como se educarão as crianças? Não sabemos. E então? Os pais, os pedagogos, todos que se interessem pela sorte das novas gerações reunir-se-ão, discutirão, chegarão a acordo ou dividir-se-ão em opiniões diferentes, e porão afinal em prática os metodos que julguem mais eficazes. E com a prática, o metodo que realmente seja melhor acabará por triunfar.

Semelhantemente se resolverão todos os outros problemas.

Resulta de quanto temos dito até agora, que a Anarquia, tal qual a intende o partido anar

quista, e tal como sómente se pode intender, se baseia no socialismo. Assim, se não fossem as escolas socialistas que rompem artificialmente a unidade natural da questão social, e os equívocos com que se trata de impedir o passo á revolução, nós poderíamos diser que Anarquia é sinonimo de socialismo, porque uma e outro significam a abolição da tirania e da exploração do homem pelo homem, quer se exerçam mediante a força das baionetas, quer por meio da monopolisação dos elementos da vida.

A Anarquia, assim como o socialismo, tem por base, por ponto de partida, por ambiente necessario, *a igualdade de condições*, tem por fim *a solidariedade*, tem por metodo *a liberdade*. Isto não é a perfeição, o ideal absoluto, que, como o horisonte, se distancia sempre á medida que se avança, mas o caminho aberto a todos os progressos, a todos os aperfeiçoamentos para beneficio de todo o mundo.

VI

Demonstrado que a Anarquia é o unico modo de convivencia social que deixa caminho franco ao maior bem possivel dos homens, porque só ella é que destroe a classe interessada em reter na miseria e na escravidão as massas; demonstrado que a Anarquia é possivel, porque realmente não fás mais que desembaraçar a humanidade d'um obstaculo, o governo,¹ contra o qual teve que lutar sempre para avançar em seu penoso caminho, os autoritarios acolhem-se á ultima trincheira, com o reforço de muitos que, sendo ferventes amantes da liberdade e da justiça, téem medo d'aquella, não podem conceber uma sociedade que viva e marche sem tutores, e, convencidos da verdade, pedem piedosamente que se deixe a coisa para mais tarde, para o mais tarde possivel.

Eis a substancia dos argumentos que neste ponto da discussão nos são opostos:

¹ Estado. Ver a nota da pagina 8.— B-A.

Essa sociedade, sem governo que se rege por meio da cooperação livre e voluntaria, essa sociedade que tudo fia da acção espontanea dos interessados e se funda na solidariedade e no amor, é certamente um ideal bellissimo, mas como todos os ideais é uma visão, um sonho. Encontramo-nos numa humanidade que viveu sempre dividida em opressores e oprimidos; e se os primeiros estão possuidos do espirito de dominação e têm todos os vicios dos tiranos, os segundos estão cheios de servilismo e têm os vicios, ainda peores, que a escravidão prodús. O espirito de solidariedade está mui longe de dominar entre os homens do presente, e se é verdade que a sorte dos seres humanos é cada vês mais solidaria, é verdade tambem que o que mais se vê e mais caracteriza o ser humano é a luta pela existencia que cada um todos os dias sustenta contra todos os demais, e a concorrência em que vivem todos, operarios e burgueses, e que fás que cada individuo se converta em lobo para todos. Como poderão estes homens, educados numa sociedade baseada no antagonismo das classes e dos individuos, transformar-se de golpe e tornar-se capases de viverem numa sociedade em que cada um fará o que quiser, e deverá, sem coacção externa, por impulso da propria natureza, querer o bem dos outros? E com que animo confiareis a sorte da revolução a uma turba ignara, escorraçada pela miseria, embrutecida pelo padre, que num dia será estupidamente sanguinaria e no outro se fará instrumento de qualquer embusteiro ou dobra-

rá servilmente a cervís, submetendo-se ao primeiro tarimbeiro que ouse converter-se em senhor? Não será mais prudente chegar ao ideal anarquico, passando por uma republica democratico-socialista? Não será necessario um governo educador composto dos melhores, a fim de preparar as gerações para os seus futuros destinos?

Ainda estas objecções não teriam fundamento, a menos que houvessemos de faser compreender de novo ao leitor o que já temos dito; mas de todo o modo, mesmo á custa de repetição, bom será responder.

Achamo-nos sempre em frente do preconceito de que o governo é uma força nova, saído não se sabe d'onde, que por si mesmo alguma coisa ajunta á força e capacidade dos que o compõem e dos que lhe obedecem. E ao contrário, tudo que se fás na humanidade, são os homens que o faser, e o governo, como tal, por sua parte não prodús mais que a tendencia a converter isso tudo em monopolio para beneficio d'um determinado partido ou classe, e a resistencia a toda a iniciativa que surja sem o seu conselho.

Abolir a autoridade, abolir o governo, não significa destruir as forças e as capacidades individuais e colectivas que existem na especie humana, nem a influencia que os homens á porfia exercem uns sobre os outros: isso equivaleria a reduzir a humanidade ao estado d'uma massa de atomos immoveis e inertes, coisa impossivel e que seria a destruição de todo o organismo social, a morte da humanidade. Abolir

a autoridade significa abolir o monopólio da força e da influencia, significa abolir aquelle estado de coisas em virtude do qual a força social, ou seja a força de todos, se converte em instrumento do pensamento, da vontade, dos interesses d'um pequeno número d'individuos, que, mediante a força de todos, suprimem em beneficio proprio e de suas proprias ideias a liberdade de cada um ; significa destruir um modo de organização social com o qual o futuro é encerrado entre uma revolução e outra, em proveito dos vencedores de momento.

Miguel Bakunine, num escrito publicado em 1872, disse que os grandes meios d'acção da Internacional eram a propaganda das suas ideias e a organização da acção natural dos seus membros sobre as massas, e acrescentava :

«A quem pretenda que uma acção assim organizada seria um atentado contra a liberdade da massa, uma tentativa de criação d'um novo poder autoritario, responderemos que não passa de sofista e nescio. Tanto peor para os que levam o desconhecimento da lei natural e social da solidariedade humana até imaginarem que uma absoluta independencia mutua dos individuos e da massa seja coisa possivel ou desejavel. Querer tal independencia significa desejar a destruição da sociedade, porque toda a vida social não é outra coisa senão a dependencia mutua, incessante, dos individuos e da massa. Todos os individuos, os mais fortes e intelligentes embora, e precisamente estes até, não são em cada instante da sua vida e em todo o tempo mais que produtores e produtos.

A mesma liberdade do individuo é a resultante, continuamente reproduzida, da soma d'influencias materiais, intellectuais e morais que todos que o cercam exercem sobre elle e que sobre elle determina a sociedade em que nasce, se desinvolve e morre. Pretender escapar a esta influencia, em nome d'uma liberdade transcendental, divina, absolutamente egoista e a si mesma sufficiente é tender ao não ser; pretender renunciar a exercel-a sobre os outros significa renunciar a toda a acção social, á expressão dos proprios pensamentos e sentimentos, e redundando tambem no não ser. Esta independencia tão decantada pelos idealistas e metafisicos e a liberdade individual concebida neste sentido não são nada.

«Em a natureza, como em a sociedade humana que não é senão a mesma natureza, tudo que existe só existe com a condição de intervir do modo mais positivo, e tão poderosamente quanto o suporte a sua essencia, na existencia dos demais. A destruição d'esta influencia mutua seria a morte. Quando nós reivindicamos a liberdade da massa, não pretendemos abolir nenhuma das influencias naturais que os individuos e os grupos d'individuos exercem entre si; o que nós queremos é a abolição da influencia artificial, privilegiada, legal e official.»

Certo, no estado actual da humanidade, quando a grande maioria dos homens, presa da miseria e embrutecida pela superstição, já na abjecção, os destinos humanos dependem da acção d'um número relativamente escasso d'individuos; certo não se poderá conseguir que

de um momento para o outro todos os homens se elevem até sentirem o dever, e o prazer também, de regular as próprias acções de modo que redundem no maior beneficio commum. Mas nem por hoje serem escassas as forças pensantes e directivas da humanidade, se ha de paralisar parte d'ellas ou submeter muitas a algumas, se ha de constituir a sociedade por fôrma que, graças á inercia que a posição segura produz, á herança, ao proteccionismo, ao espirito de classe e a tudo quanto constitue o mecanismo governativo, as forças mais vivas e as capacidades mais reaes fiquem fóra do governo e quasi privadas da sua influencia sobre a vida social, e as que gosam do governo, achando-se fóra do seu natural ambiente e sobretudo interessadas em conservar-se no poder, percam todo o seu valor e se tornem impeditivas.

Abolida a força negativa que o governo é, a sociedade será o que puder ser, tudo o que puder ser, consoante as energias e as capacidades do momento. Para difusão da instrucção, por exemplo, organizarão escolas, esforçando-se por fazer comprehender a todos a utilidade e o prazer de se instruirem, os homens instruidos que tenham esse desejo ou se interessem por essa obra. E não havendo homens n'estas condições, em numero sufficiente, o governo não poderia creal-os; tão sómente poderia, como faz hoje, dispôr dos poucos que apparecessem, subtrahil-os ao trabalho fecundo, dedical-os a redigir regulamentos para serem impostos pela policia, e de professores intelligentes e apaixonados fazer *homens politicos*, parasitas inuteis, preocupados

com impõem as suas ficções e se manterem no poder. O serviço da salubridade organisal-o-ão os medicos e higienistas; e, como na primeira hipotese, não os havendo, o governo não poderia creal-os, sómente poderia, pela suspeita muito justificada que o povo tem de tudo que é imposto, desacreditar os existentes, fazendo-os sacrificar como envenenadores. E semelhantemente em tudo o mais.

A revolução, abolindo o governo e a propriedade individual, não creará forças novas, mas deixará o campo livre á manifestação de todas as que existam; dizimarará toda a classe interessada em manter as massas no embrutecimento, e fará que todas possam influir e actuar na proporção de suas capacidades e conforme as suas paixões e os seus interesses.

É este o unico meio por que as massas populares poderão elevar-se. Só com a liberdade se ensina a ser livre, assim como só trabalhando se aprende a trabalhar. Quando não tivesse outros inconvenientes, o governo teria sempre o de acostumar os governados á sujeição e tender a tornar-se cada vez mais oppressivo e necessario.

Mas é um governo que eduque o povo e o prepare para a Anarquia o que pretendem? Então é preciso indicar qual a origem e o modo de formação de tal governo.

Será a dictadura dos melhores? Mas quem são os melhores? quem reconhecerá essa qualidade? A maioria está de ordinario prenhe de velhos preconceitos e tem ideias e instinctos já abandonados pela minoria; e d'entre as minorias que

julgam ter razão, e todas pódem tê-la em parte, a quem e com que criterio se ha de escolher para dispôr da força social, quando só o porvir pôde decidir o litigio? De cem partidarios da dictadura, cada um julga que deveria ser senão propriamente o dictador ou um dos dictadores, pelo menos um dos seus conselheiros privados. Assim, pois, seriam dictadores todos os que de qualquer modo tratassem de impôr-se; e com os tempos que correm pode estar-se seguro de que toda a sua força se empregaria na luta para se defenderem dos ataques dos adversarios, abandonando todo o proposito educador, se alguma vez o haviam tido.

Será em lugar d'isso um governo eleito pelo suffragio universal, e, portanto, a emanação mais ou menos sincera da vontade da maioria? Mas se considerais os eleitores incapazes de proverem por si mesmos aos seus interesses, como saberão elles escolher os seus guias? e como poderão resolver esse problema de alquimia social que consiste em fazer surgir do voto d'uma massa d'imbecis a eleição d'um genio? e que será da minoria que é d'ordinario a parte mais intelligente, mais activa, mais avançada d'uma sociedade?

Para resolver os problemas sociaes em beneficio de todos ha só um meio: destruir revolucionariamente o governo, expropriar revolucionariamente os detentores da riqueza social, pôr tudo á disposição de todos, e deixar que todas as forças, todas as capacidades, toda a boa von-

tade existente entre os homens contribuam para provêr ás necessidades de todos.

Nós lutamos pela Anarquia e pelo Socialismo, porque crêmos que a anarquia e o socialismo devem actuar juntos, isto é, que no momento da revolução se deve destruir o governo, abolir a propriedade, e confiar os serviços publicos, ou seja toda a vida social, á obra espontanea, livre, não official, de todos os interessados e de todos os voluntarios. Tropear-se-á, sem duvida, com difficuldades e inconvenientes; mas estes serão resolvidos, e só poderão resolver-se, pela obra directa dos interessados e por pactos livres, anarquicamente.

Não sabemos se na proxima revolução triunfarão a anarquia e o socialismo; mas, seguramente, se triunfarem os partidos de transacção, será por termos sido vencidos, não por termos julgado util deixar de pé a minima parte do pessimo sistema sob o qual geme a humanidade.

Seja como fôr, teremos sobre o futuro a influencia do nosso número, da nossa energia, da nossa intelligencia e da nossa intransigente attitude. Embora vencidos, a nossa obra não será inutil e terá sido grande; porque seremos mais os decididos a proseguir pela realisação completa do nosso programma, e menos governo e menos propriedade existirão na sociedade futura, e porque o progresso humano se mede pela diminuição do governo e da propriedade particular.

Se hoje cairmos sem implantar a nossa bandeira, poderemos estar seguros da victoria amanha.



50 RÉIS

